

o nobre deputado Domingos José Aldrovandi.

O SR. DOMINGOS JOSÉ ALDROVANDI — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, lemos nos jornais de hoje um apelo de S. Exa., o Governador, ao comércio e aos setores de produção, aliás um apelo muito oportuno, para que as classes produtoras se compenem da situação atual por que passa o País e venham a prestar uma colaboração decisiva para a normalidade da nossa situação nacional.

Eu desejo, Sr. Presidente, a par de declarar oportuno tal apelo de S. Exa. o Governador do Estado, acrescentar um pedido, para que S. Exa. procure estender a medida de uma forma eficiente, de uma forma positiva, sobre a rede bancária paulista, que vem cobrando juros de 3 e 4% às taxas de desconto mensal, para que esses bancos sejam compelidos a reduzir as taxas ao mínimo de 1% mensal, o que virá possibilitar redução no custo das utilidades, sobretudo destinadas à produção agrícola, de 20 a 30%.

Esta, sim, seria uma medida justa, porque os bancos vêm se locupletando, com taxas abusivas, extorsivas do comércio e da indústria, cobrando o desconto de suas duplicatas à taxa de 3, 4 e até 5%. Seria essa uma medida das mais louváveis e das mais decisivas que S. Exa., o Sr. Governador, tomaria, em favor do rebaixamento do custo da vida, do custo das utilidades, para que o povo fosse beneficiado.

Era este o apelo que desejava, nesta hora, dirigir a S. Exa., o Sr. Governador do Estado, para que, a par do apelo dirigido ao comércio e à indústria, tome as providências a fim de que a rede bancária paulista, e também o Banco do Estado, possam possibilitar às utilidades destinadas à produção agrícola um desconto razoável de 1% mensal, que baixará sensivelmente o custo daquelas utilidades e, consequentemente, o custo da produção. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Oswaldo Massei.

O SR. OSWALDO MASSEI — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, jamais ocupamos esta tribuna para fazer protestos de quaisquer natureza em nome do funcionalismo público, pois sabemos que a classe conta com autênticos e valorosos representantes nesta Casa. No entanto, quer nos parecer que, de tempos a esta parte, o nível de vida dos servidores estaduais tem decado sensivelmente, por uma série enorme de fatores, alguns dos quais passamos a comentar. Os aumentos anuais de vencimentos — e sobre isto nem vamos nos estender — não produzem qualquer efeito. E não podem produzir, porque tudo aumenta antes e tudo continua a aumentar depois, tornando esses reajustamentos totalmente inoperantes. Aumento de vencimentos já não é mais motivo de alegria para o funcionalismo público, como, aliás, também não é para nenhuma outra classe. Mas, como se isso não bastasse, não conta o funcionalismo com a ajuda que deveria contar da parte dos seus órgãos de previdência. E aí destaca-se a pouca eficiência do Instituto de Previdência do Estado, que, recolhendo uma cifra astronômica dos servidores públicos, através do desconto em folha, não procura oferecer um atendimento à altura das necessidades desses mesmos servidores. Tudo é difícil no IPESP. Ou tudo é dificultado. Desde o simples pagamento de uma pensão à viúva do servidor, até a concessão de empréstimo para a aquisição da casa própria, o qual obedecendo a cálculos obsoletos; representa um misto de favor e dor de cabeça, pois com o seu valor não consegue o servidor sequer pagar a entrada de uma casa modesta e bem modesta. Quanto ao empréstimo a que tem direito o servidor, na Caixa Econômica, além da sua insignificância (50 mil cruzeiros hoje em dia, não dá para coisa alguma) demanda um tempo enorme para ser pago. Quanto ao Hospital do Servidor Público, já os vários pronunciamentos feitos nesta tribuna, por ilustres colegas mais entendidos do assunto, demon-

traram bem a ineficiência do seu atendimento. Não vamos pois, nos alongar em crítica a este ou aquele órgão. Se crítica fôssemos fazer, ela teria de ser generalizada. Vamos, apenas, nesta oportunidade, deixar o nosso protesto por toda essa situação de penúria e dificuldades em que se encontra a classe situação esta que advém da mínima atenção de que é alvo por parte do Governo Estadual e das direções de todos os órgãos que deviam propiciar aos seus mantenedores melhor assistência e melhores condições de vida. Estamos caminhando, Sr. Presidente e Srs. deputados, para uma situação tal em que o funcionário público (como muitos já o fazem e com inteira razão) terá que dedicar toda a sua atenção a outros mistérios que não o das suas funções, na busca natural da necessária complementação salarial e assistencial, relegando a último plano as suas atividades dentro da Administração. E isto significará, para o simples, o entravamento total dos serviços estatais, com consequências imprevisíveis. Concluímos com um alerta ao atual Chefe do Poder Executivo, para que procure dar um pouco mais de sua atenção à abnegada classe dos servidores estaduais, promovendo medidas tendentes a melhorar, de um modo geral as suas condições de vida. Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ SIDNEY CUNHA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nobres deputados, cumprindo o que determina o dever, atendendo aos reclamos populares, sentindo a convocação da justiça no que tange às necessidades do povo, é que faço uso desta tribuna para dar conhecimento à Casa e cientificar os meus ilustres colegas deputados presentes do que passo a relatar, com vistas ao florescente município de Campinas, em nosso Estado.

Recebi, nos primórdios do mês de março, um explícito memorial subscrito pelos membros da novel Sociedade Amigos do Bairro do Guanabara, populoso bairro campineiro, prejudicado pela falta de cumprimento total do que dispõe o Decreto n.º 36.021, de 22 de dezembro de 1959, do então Governador Professor Carvalho Pinto, e que determina a supressão dos trilhos de diversos ramais considerados deficitários, dentre eles o ramal do Funilense, dele restado ainda mais de três mil metros, que vêm oferecendo à população sérios e constantes perigos em nossos dias.

O nomeado decreto, que assegura a sua sacção dentro de 30 dias, até agora não foi cumprido na extensão de seu conteúdo, trazendo um retardamento ao progresso daquele bairro de Campinas, pois a área foi doada ao município e ali se pretende construir um logradouro público, ao invés do patio de manobras de trens existentes e onde se registram diversos acidentes, custando, além dos prejuízos materiais, um rosário de lágrimas às famílias de suas vítimas.

Há seguramente 30 dias entreguei ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes cópia fiel do referido memorial.

O abandono em que se encontra o referido trecho causa uma série de aborrecimentos ao povo, além do perigo que oferece, em se tratando de uma passagem de nível. Isso sem falar no entulho que rouba o aspecto higiênico indispensável, se ainda não viesse dar uma impressão urbanística antagônica ao plano geral da cidade de Campinas, na sua organização e no seu traçado.

Os jornais de Campinas, através de reportagens elucidativas que tenho em mãos, ressaltam, e não uma só vez, a necessidade de uma providência que já deveria ser tomada, tendo em vista que para isso existe um decreto, o qual, por razões que desconheço, não mereceu, infelizmente, o beneplácito dos Poderes oficiais, com manifestos prejuízos aos moradores do Bairro do Guanabara, na cidade de Campinas.

Agora, espero que o Sr. Governador, lembrado do fato, não deixe de enviar esforços no sentido de solucionar completamente o problema, dentro de uma obediência que se faz mister aos dispositivos legais,

e que virá resultar em objetivos benéficos fatores básicos da riqueza e estabilidade econômica da região.

aos moradores e à cidade das Andorinhas, cujos protestos são bastante procedentes, sendo que o memorial subscrito pela Diretoria da Sociedade Amigos do Bairro do Guanabara é muito oportuno e dos mais justos...

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avelino Júnior. (Pausa.) Está ausente S. Exa.

Esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

— Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. CID FRANCO (Para reclamação) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não vejo pessoas e sim princípios. Não ataco pessoas, defendo teses. Não personalizo, o que me importam são as ideias. Tenho procurado ser coerente dentro e fora da Assembleia. Quando o ex-governador Jânio Quadros manteve na Presidência do IPESP, embora respondendo pelo Expediente, o Sr. Clóvis Garcia, em cujo nome votei, mas que mereceu da Assembleia a reprovação pelo voto de grande maioria, tive ocasião de censurar o Sr. Jânio Quadros. A Assembleia rejeitou o nome ilustre de Clóvis Garcia. O Sr. Jânio Quadros manteve, respondendo pelo Expediente do Instituto de Previdência, o mesmo Sr. Clóvis Garcia. Mantendo a coerência a que aludi, censurei também o ato do Sr. Governador do Estado, publicado no "Diário Oficial" de hoje e que diz o seguinte: "Palácio do Governo. Decretos de 8 do corrente. Designando o Sr. Cássio de Toledo Leite para responder pelo Expediente da Presidência do Conselho Administrativo da Caixa Econômica do Estado".

Não vejo o Sr. Adhemar de Barros, como não vi naquele tempo o Sr. Governador Jânio Quadros. Vejo o desrespeito de um poder a outro. Vejo o acinte de um poder a outro, vejo a desnecessidade de votarmos, nesta Assembleia, nomes para a Presidência de autarquias, vejo a desnecessidade de aprovarmos ou de negarmos porque depois o Poder Executivo desfaz inteiramente o que a Assembleia fez, não obedece à vontade do Parlamento.

O Sr. Cássio de Toledo Leite ficou sendo de fato, embora não de direito, o Presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo! Indago de V. Exa. se isso representa ou não representa um desrespeito do Poder Executivo ao Poder Legislativo. A mim me parece que sim. E, quando o Poder Executivo desrespeita o Legislativo assim tão aciniosamente, a mim me parece também que está até incorrendo em crime de responsabilidade.

Outro assunto. Sr. Presidente — indago de V. Exa., com o respeito com que sempre me dirigi à Presidência desta Casa, qual o andamento de duas proposições de minha autoria já um tanto antigas: 1.ª — proposta de reforma da Constituição; 2.ª — projeto de modificação da Lei Orgânica dos Municípios. O objeto é a declaração pública de bens do Sr. Governador, do vice-Governador, dos Secretários de Estado, dos deputados, dos Prefeitos e vice-Prefeitos, dos secretários dos governos municipais e dos vereadores, antes e depois do exercício dos mandatos ou funções. Também aqui não vejo pessoas, não quero insinuar que esteja fulano, beltrano ou sicrano, dentro ou fora desta Assembleia, locupletando-se do seu mandato ou função. Vejo apenas o princípio, a tese, a ideia. V. Exa. está este instante não pode responder a este modesto deputado sobre o andamento das suas proposições, por isso renovo a V. Exa. a minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE — Nobre deputado, a Presidência, antes de encerrar a sessão de ontem, deu informação sobre a proposição de V. Exa., esclarecendo que estava apenas ao projeto de reforma da Constituição, ora

na Comissão de Justiça. Os outros itens a Presidência ainda não teve oportunidade de verificar.

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

— Entra em discussão, e e sem debate aprovado, o Requerimento n.º 65/64, apresentado pelo deputado Nagib Chaib, de congratulações pelo transcurso do aniversário de fundação de Conchal.

O SR. PRESIDENTE — Esgotada a pauta da presente sessão, vamos passar à Explicação Pessoal.

— Passa-se à

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Lurtz Sabá. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Silveira Sampaio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Avelino Júnior. (Pausa.)

O SR. CARLOS KHERLAKIAN — (Sem revisão do orador) — (Para reclamação) — Sr. Presidente, gostaria de levantar uma questão no sentido de que os Srs. Presidentes das Assembleias Legislativas dos demais Estados da Federação estão reunidos no Salão 23 de Maio, para debates dos quais também participam deputados também desta Casa. Solicitaria a V. Exa., Sr. Presidente, a suspensão de nossos trabalhos para que a presença dos nobres colegas pudesse se fazer sentir nessa reunião que ora se realiza no Salão 23 de Maio.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo à solicitação do deputado, a Presidência suspende a sessão.

— E' suspensa a sessão.

— Quarenta minutos depois, é reaberta a sessão sob a Presidência do Sr. Ciro Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE — Estando esgotado o tempo destinado à sessão, dou-a por encerrada.

— Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão.

PAPEL ENCAMINHADO A MESA PARA PUBLICAÇÃO

REQUERIMENTO N.º DE 1964

Requeiro nos termos regimentais seja consignado em Ata dos nossos trabalhos, um voto de congratulações com o Município de Jaú, pela realização da Feira Regional Industrial, a qual será inaugurada a 1.º de Maio próximo, no Aeroclube local.

Requeiro outrossim, após a aprovação do Plenário, seja dada ciência às autoridades locais.

Sala das Sessões, 9 de abril de 1964.

a) Zien Nassif

Justificativa

Jaú, sede de importante região da média paulista, município de grande expressão cultural e econômica do Estado de São Paulo, tem contribuído de forma apreciável no engrandecimento da terra paulista, através da sua cultura cafeeira, que lhe deu o epíteto de "Capital da Terra Roxa", fará também uma afirmação de sua pujança industrial com a realização da chamada Feira Regional Industrial de Jaú, a qual será inaugurada a 1.º de Maio e estará aberta ao público de 1.º a 17 de maio no Aeroclube local.

A referida feira foi promovida pelo Rotary Clube de Jaú, em colaboração com a Prefeitura Municipal e Associação Comercial e Industrial de Jaú, cuja finalidade é demonstrar o grau de desenvolvimento industrial de Jaú, bem como das cidades vizinhas: Arealva, Barra Bonita, Bariri, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Brotas, Dourados, Dois Córregos, Iacanga, Ibitinga, Igarapá do Tietê, Itapui, Macatuba, Mineiros do Tietê, Pederneras, Ribeirão Bonito, Torrinhã e São Manoel.

A Comissão Organizadora da FIJA, pelo seu Presidente Lourenço Sampaio Góis e demais membros, dirigiu um voto de congratulações pelo empreendimento que visa projetar Jaú e cidades da região como cédulas industriais de alta expressão no parque industrial paulista com o que se evidencia a formação do binômio indústria-agricultura, fatores básicos da riqueza e estabilidade econômica da região.

30.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5.ª LEGISLATURA, EM 9 DE ABRIL DE 1964

PRESIDÊNCIA do Sr. Ciro Albuquerque

SECRETÁRIOS, Srs.: Juvenal de Campos e Oswaldo Martins

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 17,00 horas abre-se a sessão com a presença das seguintes Srs. deputados: Adhemar Pacheco — Alfredo Ignácio Trindade — Antonio Donato — Antonio Morimoto — Araripe Serpa — Ariovaldo Roscio — Augusto do Amaral — Benedito Matarazzo — Realindo Correa — Carlos Kherlakian — Carlos René Egg — Arruda Castanho — Chopin Tavares de Lima — Cid Franco — Conceição da Costa Neves — Costabile Romano — Ciro Albuquerque — Diego Nomura — Domingos Aldrovandi — Esmeraldo Targinio de Campos — Fernando Mauro — Fioravante Iervolino — Floro Pereira da Silva — Francisco Ainaral — Francisco Franco — Scalamarandé Sobrinho — Gilberto Siqueira Lopes — Gualberto Moreira — Gustavo Martini — Elio Bernardi — Hilario Torloni — Homero Silva — Hozar Marcondes — Israel Dias Noraes — Jacob Carolo — Jamil Gadia — Januário Mantelli Neto — Jayme Daige — Mendonça Falcão — Gouveia Franco — Muzetti Elias Antonio — Chaves de Amarante — Amaral Gurgel — Bieta Junior — José Costa Felício Castellano — Arcanúres Jamnóglia — José Jorge Cury — José Luiz Combranielli — José Lurtz Sabá — José Rosa da Silva — José Garcia — José Sidney Cunha — Silveira Sampaio — Juvenal de Campos — Avelino Júnior — Zolner Machado — Leônicio Ferraz Júnior — Leônidas Ferreira — Lúcio Casaviano Neto — Modesto Guglielmi — Murillo Sousa Reis — Nabil

Chedid — Nadir Kenan — Nagib Chaib — Avelino Júnior — Omais Zomignani — Onofre Gossuin — Orlando Zancaner — Orlando Iazzetti — Oswaldo Martins — Oswaldo Santos Ferreira — Oswaldo Massei — Paulo de Castro Prado — Paulo Nakandakere — Paulo Planet Buarque — Pedro Geraldo Costa — Pedro Paschoal — Pinheiro Junior — Raul Schwinden — Cardoso Alves — Ruy Junqueira — Semi Jorge Resegue — Shiro Kyono — Sólton Borges dos Reis — Ubirajara Keutenedjian — Valério Guili — Venício Giachini — Lopes Ferraz — Wilson Lapa — Odilio A. Siqueira — Leônidas Umburanas — Zien Nassif — Aristides Troncoso — Peres e José Maria Leal Costa Neves, e presença das seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Alvimar Ribeiro de Lima — Farabullini Júnior — Camillo Ashcar — Cássio Ciampolini — Lot Neto — Salgot Castillon — Galileu Bicudo — Yoshitumi Utiyama — Jamil Daulibi — Batista Botelho — João Homos Filho — Manoel Joaquim Fernandes — Málio Telles — Nelson Pereira — Renato Cordeiro — Almeida Barbosa — Sinval Antunes de Souza — Leônidas Camarinha — e Luciano Nogueira Filho.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Srs. deputados, o Palácio Nove de Julho recebe, neste mo-

mento a visita de ilustres presidentes de Assembleias Legislativas dos Estados brasileiros.

Nesta oportunidade, deseja o Parlamento Paulista expressar a sua melhor acolhida aos ilustres colegas, bem como prestar a sua homenagem aos parlamentares que, reunidos em São Paulo em nome das respectivas Assembleias Legislativas dos Estados brasileiros, poderão firmar ponto de vista que se traduz na carta de princípios em torno da atual conjuntura política do País.

A Presidência suspende a sessão por cinco minutos, para dar início às homenagens.

Está suspensa a sessão.

— E' suspensa a sessão.

CINCO MINUTOS DEPOIS E' REABERTA A SESSÃO, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. CIRO ALBUQUERQUE

O SR. PRESIDENTE — Encontram-se no Gabinete da Presidência os ilustres Presidentes das Assembleias dos Estados brasileiros. A Presidência designa uma comissão de parlamentares para acompanhar S. Exa. a este Plenário, composta das seguintes deputados: Wilson Lapa, Araripe Serpa, Mendonça Falcão, Realindo Correa, Conceição da Costa Neves, Carlos Kherlakian e Arruda Castanho.

Acompanhada pela comissão de deputados designada pelo Sr. Presidente, a entrada no recinto, sendo recebida de os

pelo Plenário sob salva de palmas, e toma assento às cadeiras a Comissão de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE — Com grande prazer, esta Presidência irá anunciar as delegações em visita ao Palácio "Nove de Julho", para a reunião dos Presidentes e membros das Assembleias Legislativas do Brasil.

Representação de Alagoas: deputado Henrique Equilhan, Presidente, Antônio Gomes, Cleto Marques e Henrique Calvo. (Palmas). Representação de Mato Grosso: Manoel Oliveira Lima, Presidente, Welmar Torres e Marques Leal, Vice-Presidente. (Palmas). Representação do Rio Grande do Norte: Oberto Varela e Olímpio Ferraz. (Palmas). Representação de Pernambuco: Felipe Coelho, Presidente. (Palmas). Representação de Minas Gerais: Gilberto Almeida, 1.º Vice e Cícero Dumont, 2.º Vice. (Palmas). Representação de Sergipe: Fernando Prado Leite e Pedro Siqueira. (Palmas). Representação do Pará: Fernando Magalhães e Américo Brasil. (Palmas). Representação do Rio Grande do Sul: Heitor Campos e Dárcio Conceição. (Palmas). Representação do Amazonas: Theomário Pinto da Costa. (Palmas). Representação da Guanabara: Célio Borja, Sinval Sampaio e Everardo Magalhães Castro. (Palmas). Representação do Ceará: Samuel Luiz Cavalcanti. (Palmas). Santa Catarina delega a representação ao nobre deputado Oswaldo Santos Ferreira. (Palmas).